

# **Passivo ambiental e sua evidenciação nas empresas do segmento de petróleo**

**Vânia Vilma Nunes Teixeira Xavier** (UEPB) - vaniateix@hotmail.com

**Dulciane Alves Luczkiewicz** (Fecap) - dulcianel@hotmail.com

## **Resumo:**

*A evidenciação das informações de natureza ambiental por parte das empresas potencialmente poluidoras é uma necessidade. Porém, estudos anteriores demonstram que grande parte das empresas resiste na divulgação de seus passivos ambientais. Assim, o estudo objetiva verificar se as empresas do setor de exploração de petróleo com ações listadas na BM&F BOVESPA evidenciam em seus relatórios financeiros informações a cerca de passivos ambientais. Para realização do estudo utilizou-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e realizou-se um levantamento nas demonstrações financeiras do ano de 2011, das empresas deste setor que se encontram listadas na BM&F BOVESPA. Foram analisadas as Demonstrações Financeiras das empresas HRT Participações em Petróleo S.A., OGX Petróleo e Gás Participações S.A., Pacific Rubiales Energy Corp., Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, QGEP Participações S.A. e Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.. Verificou-se que Dentre as empresas analisadas apenas a empresa OGX Petróleo e Gás Participações S.A. evidencia a existência de passivo ambiental no Balanço Patrimonial e efetua detalhamento em Notas Explicativas, as demais empresas não evidenciam no Balanço Patrimonial a existência de passivo ambiental e apenas duas delas evidencia em notas explicativas, a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, que evidencia a constituição de provisões para contingências decorrentes de um derramamento de óleo e a QGEP Participações S.A., que evidencia que poderá ser responsabilizada em ação judicial a para pagamento de percentual de multa ambiental decorrente ao assoreamento de um rio e descumprimento de Licença Precária de Operação de gasoduto. Constatando-se assim baixo grau de evidenciação de passivo ambiental para o segmento.*

**Palavras-chave:** *Passivo Ambiental. Evidenciação. Contabilidade Ambiental.*

**Área temática:** *Abordagens contemporâneas de custos*

## **Passivo ambiental e sua evidenciação nas empresas do segmento de petróleo**

### **Resumo**

A evidenciação das informações de natureza ambiental por parte das empresas potencialmente poluidoras é uma necessidade. Porém, estudos anteriores demonstram que grande parte das empresas resiste na divulgação de seus passivos ambientais. Assim, o estudo objetiva verificar se as empresas do setor de exploração de petróleo com ações listadas na BM&F BOVESPA evidenciam em seus relatórios financeiros informações a cerca de passivos ambientais. Para realização do estudo utilizou-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e realizou-se um levantamento nas demonstrações financeiras do ano de 2011, das empresas deste setor que se encontram listadas na BM&F BOVESPA. Foram analisadas as Demonstrações Financeiras das empresas HRT Participações em Petróleo S.A., OGX Petróleo e Gás Participações S.A., Pacific Rubiales Energy Corp., Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, QGEP Participações S.A. e Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.. Verificou-se que Dentre as empresas analisadas apenas a empresa OGX Petróleo e Gás Participações S.A. evidencia a existência de passivo ambiental no Balanço Patrimonial e efetua detalhamento em Notas Explicativas, as demais empresas não evidenciam no Balanço Patrimonial a existência de passivo ambiental e apenas duas delas evidencia em notas explicativas, a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, que evidencia a constituição de provisões para contingências decorrentes de um derramamento de óleo e a QGEP Participações S.A., que evidencia que poderá ser responsabilizada em ação judicial para pagamento de percentual de multa ambiental decorrente ao assoreamento de um rio e descumprimento de Licença Precária de Operação de gasoduto. Constatando-se assim baixo grau de evidenciação de passivo ambiental para o segmento.

Palavras-chave: Passivo Ambiental. Evidenciação. Contabilidade Ambiental.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos.

### **1 Introdução**

A contabilidade por ter como objetivo informar aos seus usuários as informações a cerca do patrimônio das entidades, tem sido questionada com relação à evidenciação das questões de natureza ambiental. Em 19.08.2004 o Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução CFC 1.003, que aprovou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Neste sentido as empresas que possuem atividades que causem impactos ambientais devem evidenciar em suas demonstrações financeiras os fatos decorrentes de suas atividades que causem alterações em seus patrimônios.

Não basta a empresa se afirmar socialmente responsável ou eco eficiente, se faz necessário a evidenciação das informações em seus relatórios financeiros relacionado com o meio ambiente, com os passivos ambientais, impactos e investimentos ambientais, dentre outros. (ROVER; BORBA, 2006).

A exploração petrolífera causa grandes impactos ao meio ambiente e a observação e análise que se faz neste estudo se originam das necessidades dos pesquisadores e profissionais em identificar a evidenciação dos passivos ambientais das empresas, já que de acordo com estudos anteriores verifica-se baixo grau de evidenciação desses passivos em outros

segmentos. Assim, a contabilidade ambiental além de ferramenta essencial no auxílio do controle de fatos ligados seus impactos ambientais, necessita expressar com fidedignidade o patrimônio das entidades, pois diante da não divulgação ou divulgação com erros, tais entidades podem passar uma valoração irreal. Suas ações podem apresentar valores que se as mesmas divulgassem corretamente seus passivos ambientais, poderiam ocorrer divergências significativas.

Assim, baseado no exposto acima o presente estudo buscará responder a seguinte questão: **as empresas do setor de exploração de petróleo com ações listadas na BM&F BOVESPA evidenciam em seus relatórios financeiros informações a cerca de passivos ambientais?**

Para efeito deste estudo o objetivo é verificar se as empresas do setor de exploração de petróleo com ações listadas na BM&F BOVESPA evidenciam em seus relatórios financeiros informações a cerca de passivos ambientais.

Quanto à organização do trabalho, inicialmente faz-se a introdução do estudo. Seguindo com um referencial teórico relacionado com a evidenciação e a contabilidade e passivo ambiental. Na sequência a metodologia, a análise dos resultados, as conclusões desta pesquisa, além das referências que fundamentam este estudo.

## 2 Evidenciação

Os fatos que provocam alterações no patrimônio das empresas devem, em sua contabilidade, serem reconhecidos, mensurados e evidenciados em suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios específicos. O processo de evidenciação de tais informações deve obedecer a critérios específicos.

Evidenciação para Iudícibus (2009, p.116) é “apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.”

Devendo ser evidenciadas as informações relevantes, que devem ser ao mesmo tempo de acordo com Iudícibus (2009, p. 111), “adequadas, justas e plenas, e completa que a evidenciação ou disclosure deve tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente.”

Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 263) o objetivo da evidenciação é o “de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders.”

Em se tratando de questões ambientais, todos os eventos de natureza ambiental devem ser devidamente reconhecidos, mensurados e evidenciados. E neste contexto a contabilidade torna-se responsável, através do registro dos atos que deverão ser divulgados de forma sintética nos demonstrativos contábeis.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou em 2004, a Resolução CFC nº. 1.003, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC-T 15, que trata das Informações de Natureza Social e Ambiental, que entrou em vigor em janeiro de 2006. Tal resolução objetiva estabelecer procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades neste processo.

As empresas têm utilizado para evidenciação dos eventos ambientais, o Balanço Social anexo às demonstrações contábeis, bem como o relatório da administração e também têm divulgado relatórios ambientais ou socioambientais.

A divulgação de relatórios ambientais ainda é recente e realizada por poucas entidades em todo mundo, embora esteja em ascensão, o que pode ser impulsionado pela pesquisa na área.

Pesquisas são citadas para ilustrar o interesse por estudos em evidencição ambiental. Silva e Linhares (2008) realizaram uma pesquisa documental com as maiores Sociedades Anônima do Espírito Santo, listadas na revista Exame Melhores e Maiores de 2007, cujo objetivo era descrever os critérios de mensuração e *disclosure* das informações ambientais das empresas, tendo como base a norma NBC T 15 decretada pelo CFC. Verificaram que a NBCT-15 por não apresentar força de lei, proporciona as empresas liberdade na forma de divulgar as informações, isto se confirma pela forma descritiva da apresentação das informações ambientais para os usuários.

Beuren et al (2010), compararam o nível de evidencição social das empresas analisadas considerando o ano de 2005 (período anterior) e o ano de 2007 (período posterior) da entrada em vigor da NBC T 15. Os autores realizaram uma pesquisa nos relatórios da administração e nas notas explicativas no período de 2005 a 2007 das 23 empresas de capital aberto, listadas na Revista Exame, edição especial 2007 e constaram que o nível de adequação da evidencição social às recomendações da NBC T 15 das empresas do estudo classificou-se em regular.

Saida (2009) através do índice desenvolvido por Wiseman (1982) analisou os relatórios anuais de 72 empresas multinacionais americanas e europeias e comparou o nível de divulgação ambiental (obrigatório e voluntário) nos relatórios anuais das empresas pesquisadas. Demonstrou que o nível de divulgação ambiental nas empresas europeias são maiores do que as americanas e que a nacionalidade de uma empresa pareceu ter um efeito sobre o nível de informação sobre o ambiente.

Sen, Mukherjee e Pattanayak (2011) mediram e avaliaram as divulgações ambientais voluntárias feitas por 22 empresas indianas dos quatro grandes setores industriais, de petróleo e petroquímica, mineração e minerais, aço e cimento nos relatórios anuais. Eles constataram que o nível de divulgação de informações ambientais varia entre indústrias, bem como empresas e que as informações reveladas nos relatórios anuais encontrados são mais qualitativas do que quantitativas e que a maior parte das empresas da amostragem revelou notícias positivas ou neutras, mas nenhuma delas revelou qualquer notícia negativa.

Ioan (2009) objetivou explorar o nível de divulgações entre as 20 maiores empresas multinacionais que operam na Romênia e os padrões dessas divulgações por meio de análise de conteúdo. Ele constatou que os relatórios nas empresas da Romênia são ativos no campo da divulgação ambiental, embora eles se baseiem principalmente na orientação e contribuição do país de origem das empresas. Os resultados deste estudo reforçaram os resultados de estudos anteriores que o relatório ambiental da Romênia está no início, apesar de ter caminhado para o uso de tais práticas a nível internacional.

Neste sentido, a evidencição ambiental dos passivos não é muito bem apesiado pelas empresas que evitam apresentar a parte ruim que as pertence. Contudo, o crescimento da apresentação de suas atividades ambientais sejam positivas ou negativas vem aumentando.

### **3 Contabilidade e Passivo Ambiental**

A expressão contabilidade ambiental ganha a cada dia mais destaque tanto nos ambientes acadêmicos como nas empresas que de alguma forma atuam com atividades diretamente ligadas ao meio ambiente. Ribeiro (2006, p.45) considera a Contabilidade Ambiental não como uma nova contabilidade, mas uma segmentação da tradicional “e tem por objetivo principal identificar, mensurar, registrar e divulgar os eventos e transações econômico-financeiros relacionados com a preservação e recuperação ambiental” esta segmentação visa “a evidencição da situação patrimonial da entidade e seu desempenho durante o período.”

Desta forma vê-se na contabilidade ambiental uma relevante ferramenta que pode proporcionar o acompanhamento dos impactos gerados pelas operações de empresas que de

alguma forma afetem o meio ambiente. Possuindo grande potencial para auxiliar os gestores no sistema de gestão ambiental, demonstrando por intermédio de relatórios diversos a responsabilidade da empresa com relação ao meio ambiente. Relatórios estes que devem apresentar, de forma clara e transparente, as diversas nuances econômico-financeiras do processo produtivo da empresa.

Pesquisas são realizadas para explicar o tratamento da contabilidade ambiental nas empresas. Elias, Oliveira e Quinteiros (2009) pesquisaram os relatórios e demonstrações contábeis nas dez organizações do Setor Industrial de Transformação Mineral, localizadas no Estado do Pará nos anos de 2004, 2005 e 2006. Objetivaram apresentar uma análise sobre o uso da Contabilidade Ambiental na evidenciação contábil das ações de responsabilidade socioambiental. Verificaram a ausência de divulgação das informações contábeis de natureza ambiental, de forma segregada e quantitativa, por parte das empresas pesquisadas, impossibilita a avaliação da sustentabilidade organizacional de cada uma das empresas.

Assis, et al (2009) analisaram 26 questionários distribuídos aos associados da União da Indústria Canavieira (UNICA) visando analisar o processo de gestão ambiental vinculado às ações mitigadoras na produção de açúcar e álcool e identificar o nível de aderência às práticas de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil dos eventos de natureza ambiental. Os resultados encontrados mostraram uma série de declarações otimistas, porém, elas se divergem da realidade conhecida pela sociedade, como o cumprimento da legislação ambiental pertinente, erradicação completa do trabalho infantil e tratamento dos resíduos do processo produtivo.

Sousa, Cunha e Beuren (2006) buscaram identificar a forma de evidenciação da contabilidade ambiental nas demonstrações contábeis da Petrobrás através da análise dos relatórios referente ao ano de 2004. Constataram neste estudo que a Petrobrás não tem uma evidenciação clara dos ativos e passivos ambientais e poucos investimentos realizados no ano de 2004 foram quantificados, abrangendo apenas o montante investido em determinados programas e projetos.

Além disso, os autores perceberam que a Petrobrás expõe em suas demonstrações contábeis, sua atuação com o meio ambiente de forma qualitativa com maior ênfase e a forma quantitativa é dada em proporção menor.

Silva, Soares Júnior, e Ferreira (2009) objetivaram fazer uma análise da evidenciação contábil com uma relação aos aspectos ambientais demonstrada nas demonstrações contábeis na maior empresa petrolífera do Brasil a Petrobrás e nas cinco maiores empresas petrolíferas do mundo, através de análise dos seus relatórios arquivados na Securities Exchange Commission (SEC). Os autores constataram ausência das práticas contábeis e dos procedimentos de identificação e mensuração de possíveis passivos ambientais, o que pode provocar esta ausência em todo o setor petrolífero, assim como as empresas contabilizam os danos depois de sua ocorrência, desconsiderando desta forma os gastos presentes.

Os autores também verificaram na pesquisa que os métodos de mensuração atualmente utilizados pela contabilidade são de difícil aplicação na prática em atividades de petróleo devido à complexidade e volume de processos envolvidos na exploração de petróleo e seus derivados, o que torna inviável o conhecimento da verdadeira dimensão que os danos causaram para o meio ambiente.

De acordo com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 1996, p.2), os Passivos Ambientais podem ser conceituados como “[...] toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Tinoco e Kraemer (2008, p.183) acrescentam ainda que “os passivos ambientais não têm origem apenas em fatos de conotação negativa, podendo originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis, como os decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental.”

Dado a importância dos impactos ambientais pesquisas são realizadas para ilustrar o interesse por estudos em passivo ambiental. Rover, Alves e Borba (2006) objetivaram identificar em oito empresas atuantes no Brasil submetidas à BOVESPA e à NYSE as diferenças na evidenciação do passivo ambiental entre as demonstrações contábeis das companhias. Concluíram que as empresas pesquisadas não estão quantificando seus passivos ambientais e que os relatórios brasileiros evidenciam as informações ambientais em menor grau que os relatórios dos EUA. Também verificaram que as empresas que utilizam seus relatórios como instrumentos de promoção e marketing podem estar aumentando o risco para seus acionistas, sociedade e para elas mesmas. Os autores enfatizam também na pesquisa que as empresas que atuam no Brasil têm uma tendência de só evidenciar dados positivos, o que não acontece no exterior e estas sendo também mais amplas.

No mesmo sentido Rover e Borba (2006) objetivaram identificar em 12 empresas que atuam no Brasil e que têm ADRs negociadas na Bolsa de Valores dos EUA estão evidenciando os passivos ambientais. Constataram que as informações ambientais no período de 2002 a 2004 das empresas pesquisadas teve uma evolução, estas informações foram encontradas em Relatórios da Administração e nas Notas Explicativas e que a expressão “passivo ambiental” foi evidenciada por seis das doze empresas pesquisadas.

Após observarem inúmeros acidentes com a empresa Petrobrás Bertoli e Ribeiro (2006) desenvolveram um estudo nas Demonstrações Contábeis da Petrobrás nos anos de 2000 e 2001 buscaram demonstrar que as empresas provisionando seus passivos ambientais considerando os princípios contábeis, tornam-se possível obterem resultados mais fiéis à realidade nas demonstrações contábeis. Os autores constataram que devido ao porte da Petrobrás os efeitos foram significativos os que se ocorresse em empresas com uma estrutura diferenciada os efeitos poderiam ser comprometedores. A Petrobrás alega realizar inúmeros projetos para evitar danos ecológicos, mas no período analisado verificou vários acidentes.

Quando se trata de evidenciar os passivos ambientais as empresas de acordo com tais pesquisas tendem a resistir em fazê-lo, uma vez que reconhecer passivos desta natureza pode apresentar prejuízos, que as empresas preferiam esconder. As pesquisas mostram isso, ocorrem divergências quando o assunto é a divulgação de passivos ambientais, as empresas dizem que fazem a Contabilidade Ambiental, mas analisando os relatórios isso não fica evidente. As pesquisas apresentam muitas divergências do que é o conceito de contabilidade ambiental para o que empresas estão querendo mostrar para a sociedade.

As pesquisas verificaram que nos relatórios das empresas é muito difícil encontrar as informações de forma quantitativa, o que as empresas divulgam para os usuários são as informações de forma qualitativa. Normalmente as boas e as neutras, dificilmente divulgadas a parte negativa.

#### **4 Metodologia de pesquisa**

Para a realização deste estudo utilizou-se do acesso às demonstrações financeiras das empresas do setor de exploração de petróleo com ações listadas na BM&F BOVESPA, que se encontram divulgadas no site da BM&F BOVESPA, para o exercício de 2011.

Verificando-se em tais demonstrações as informações relativas à evidenciação de passivos ambientais, utilizando-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa.

A pesquisa descritiva analisa e classifica as características da evidenciação social das empresas pesquisadas. Gil (2002, p. 42) destaque “ as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

De acordo com Beuren e Raupp (2003, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”.

Razão Social	Nome de Pregão
HRT Participações em Petróleo S.A.	HRT Petróleo
OGX Petróleo e Gás Participações S.A.	OGX Petróleo
Pacific Rubiales Energy Corp.	Pacific Rub
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	Petrobrás
QGEP Participações S.A.	QGEP Part.
Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.	Pet Manguinh.

Fonte: BM&F BOVESPA(2012).

QuadroI: Relação das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&F BOVESPA, do segmento petrolífero.

Com base nos relatórios financeiros das empresas do setor de exploração de petróleo com ações listadas na BM&F – BOVESPA foi possível verificar a evidenciação das informações a cerca do passivo ambiental. Os resultados da pesquisa são apresentados adiante.

## 5 Análise dos Resultados

Com base na coleta de dados do período analisado de 2011, no que se refere às informações da evidenciação dos passivos ambientais das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, do segmento petrolífero, foi constatado que a empresa HRT Participações em Petróleo S.A., com sede no Rio de Janeiro apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* – IASB. (BM&F BOVESPA, 2012).

Em suas demonstrações financeiras do ano de 2011 não pode se constatar a evidenciação de forma quantitativa do seu passivo ambiental. Está listada em seu passivo a conta com o nome de provisões para passivos ambientais e de desativação, porém sem valor atribuído. Em suas Notas Explicativas não há nenhuma menção com relação a provisões de natureza ambiental, bem como contingências neste sentido, a empresa apenas evidencia que possui um programa sócio-ambiental e que o mesmo é administrado por uma gerência de assuntos ambientais. Não havendo nenhum detalhamento de informações relacionadas à contabilidade ambiental neste sentido.

A empresa OGX Petróleo e Gás Participações S.A. com sede no Rio de Janeiro possui as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. (BM&F BOVESPA, 2012).

A empresa evidencia em seu passivo do ano de 2011 uma conta provisões para passivos ambientais e de desativação com valor em R\$ 11.743 (em milhares) e evidencia que tal valor fora constituído como provisão para obrigação de abandono futuro de campos de exploração e produção denominados de Gavião Azul e Gavião Real localizados na Bacia do Parnaíba, onde tal provisão reflete os gastos estimados a serem incorridos no futuro quando os reservatórios associados a esses campos estiverem depletados e o campo for abandonado. Com relação às contingências, a mesma divulga que na data de encerramento das suas demonstrações do período não era ré de litígios cuja expectativa de perda fosse considerada provável e por tal motivo não constituíra provisões neste sentido, ainda assim não menciona se tais litígios sejam de natureza ambiental.

A empresa Pacific Rubiales Energy Corp. é uma empresa de petróleo e gás constituída no Canadá e que opera na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo bruto e gás natural na Colômbia, no Peru e na Guatemala. (BM&F BOVESPA, 2012).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas no ano de 2011 de acordo com as Normas do Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) sendo que suas demonstrações eram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Canadá. (BM&F BOVESPA, 2012).

No passivo do ano 2011 a empresa possui conta provisões para passivos ambientais e de desativação, porém não há o registro de valores, em suas Notas Explicativas, não há evidenciação algumas de natureza ambiental, apenas no que tange as contingências da empresa, a mesma cita que está envolvida em diversas reivindicações e litígios surgidos no curso normal do negócio, mas não especificando suas naturezas, e ainda assim, avalia que os resultados de tais litígios não causariam impacto na situação financeira da mesma. Diante da não caracterização da natureza de tais litígios, não há como, por base nas demonstrações publicadas aferir se as mesmas possuem características de passivo ambiental.

A empresa Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás com sede na cidade de Rio de Janeiro se dedica à pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além de atividades ligadas à energia, promovendo pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as fontes de energia. As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), emitidos pelo IASB e também de acordo com práticas contábeis adotados no Brasil. As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. (BM&F BOVESPA, 2012).

A empresa Petrobrás não evidencia valor em seu passivo referente às questões ambientais, apesar de constar uma conta com o nome provisões para passivos ambientais e de desativação, não evidencia valor. Em suas notas explicativas a Companhia divulga que constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis entre outras, com relação à restauração ambiental em função de um derramamento de óleo ocorrido em janeiro de 2000 na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando ainda que reavaliou a expectativa de perda de possível para provável em ação judicial ajuizada pelos Ministérios Públicos Estadual do Rio de Janeiro e Federal, realizando estimativa de valores.

A empresa QGEP Participações S.A. opera em um único segmento, exploração e produção e apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e as práticas adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil. (BM&F BOVESPA, 2012).

A empresa em sua demonstração do passivo referente ao ano de 2011 não evidencia em valor suas questões ambientais no passivo. Em suas notas explicativas a empresa evidencia que sua contingência ambiental se refere ao assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati, cujo valor da ação foi de R\$ 300 (em milhares), sendo que a empresa poderá ficar responsável pelo pagamento de 45% da eventual contingência e podendo evolver reparação de danos e responsabilidade ambiental. Assim como, o assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde, o valor da infração informado é de R\$ 364 (em milhares).

A empresa Refinaria de Petróleo Manguinhos S.A. com sede no estado do Rio de Janeiro apresenta suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (BM&F BOVESPA, 2012).

A empresa, assim como maioria das empresas analisadas, não evidencia de forma quantitativa as questões ambientais no passivo. A empresa em suas notas explicativas apresenta sua responsabilidade social apresentando seus projetos que realiza com as comunidades próximas à companhia, sendo considerada uma região com índices baixos de desenvolvimento humano da cidade do Rio de Janeiro. A empresa ainda trás seu compromisso social onde evidencia a licença para realização de suas atividades que são oriundos da condensação de petróleo e nafta e recuperação ambiental da sua área impactada com o seu passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

Razão Social	Evidencia no Balanço Patrimonial	Evidencia em Notas Explicativas
HRT Participações em Petróleo S.A.	Não	Não
OGX Petróleo e Gás Participações S.A.	Sim	Sim
Pacific Rubiales Energy Corp.	Não	Não
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	Não	Sim
QGEP Participações S.A.	Não	Sim
Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.	Não	Não

Fonte: Elaborado pelos autores (2012).

Quadro II: Resultado da Evidenciação Patrimonial e das Notas Explicativas.

A verificação da evidenciação quanto às questões ambientais das empresas do setor de exploração de petróleo da BM&F BOVESPA, assim como pesquisas já realizadas anteriormente, demonstra que as empresas mesmo tendo características de potencialmente poluidoras ainda a grande maioria apresenta de forma qualitativa seus impactos ambientais.

## 6 Considerações Finais

Objetivou-se com o estudo verificar se as empresas do setor de exploração de petróleo com ações listadas na BM&F BOVESPA evidenciam em seus relatórios financeiros informações a cerca de passivos ambientais.

Foram analisadas as Demonstrações Financeiras das empresas HRT Participações em Petróleo S.A., OGX Petróleo e Gás Participações S.A., Pacific Rubiales Energy Corp., Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, QGEP Participações S.A. e Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.. Dentre as empresas analisadas apenas a empresa OGX Petróleo e Gás Participações S.A. evidencia a existência de passivo ambiental no Balanço Patrimonial e efetua detalhamento em Notas Explicativas, as demais empresas não evidenciam no Balanço Patrimonial a existência de passivo ambiental e apenas 02 (duas) delas evidencia em notas explicativas, a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, que evidencia a constituição de provisões para contingências decorrentes de um derramamento de óleo e a QGEP Participações S.A., que evidencia que poderá ser responsabilizada em ação judicial para pagamento de percentual de multas ambientais decorrentes do assoreamento do Rio Castro e descumprimento de Licença Precária de Operação de gasoduto e assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto.

Desta forma a presente pesquisa pôde constatar o baixo grau de evidenciação de informações a cerca de passivo ambiental para o segmento petrolífero, o que pode levantar vários questionamentos, já que o segmento é considerado como potencialmente poluidor, deixando margens para aprofundamento em pesquisas futuras.

Observa-se que quanto mais pesquisas forem realizadas nas empresas que possuem atributos de poluidoras melhor para sociedade, pois as empresas começarão a evidenciar não somente a parte positiva, mas também a parte negativa.

A contabilidade ambiental tem se tornado cada vez mais importante, pois permite que a sociedade tenha condições de verificar o desempenho das empresas que se utilizam dos recursos naturais.

Quanto à limitação da pesquisa deve-se ao fato das análises terem sido somente nas demonstrações financeiras e as notas explicativas, não havendo uma verificação *in loco* em outros possíveis meios de evidenciação social da empresa.

Recomenda-se, com base na limitação do estudo, que outras pesquisas possam ser direcionadas no sentido de aprofundamento individual com estudos de caso em tais companhias, bem como que possam buscar responder quais motivos levam ao baixo grau de evidenciação das mesmas, já que possuem característica potencialmente poluidora.

## Referências

ASSIS, J. V. et al. Contabilidade Ambiental e o Agronegócio: Um Estudo Empírico entre as Usinas de Cana-de-Açúcar. **REM: Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 2, p. 88-103, jul./dez. 2009.

BERTOLI, A. L.; RIBEIRO, M. S. Passivo Ambiental: Estudo de Caso da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás. A Repercussão Ambiental nas Demonstrações Contábeis, em Conseqüência dos Acidentes Ocorridos. **REM: Revista de Administração Contemporânea**, São Paulo, SP, v. 10, n. 2, p: 117-136, abr./jun. 2006.

BEUREN, I. M. et al. Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBC T – 15. **REM: Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, SP, v.4, n. 8, p. 47-68, abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

BM&F BOVESPA. Disponível em: < [http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Explora%  
c3%a7%c3%a3o+e%2fou+Refino&idioma=pt-br](http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Explora%c3%a7%c3%a3o+e%2fou+Refino&idioma=pt-br)> Acesso em: 15 dez. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n. 1.003**, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: < [http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1003.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1003.htm)>. Acesso em: 27 nov 2012.

ELIAS, L. M. S. L.; OLIVEIRA, E. A. A. Q.; QUINTAIROS, P. C. R. Responsabilidade ambiental: um estudo sobre o uso da evidenciação contábil pelas indústrias de transformação mineral do estado do Pará. **REM: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 5, n. 3, p 204-220, set./dez. 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL - IBRACON. **Normas e Pronunciamento de Auditoria-NPA n. 11**. Disponível em:

XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013

<<http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=223>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

IOAN, I. Environmental Disclosure of the Largest Multinational Companies in Romania. **Managerial Challenges of the Contemporary Society**. Cluj-Napoca: Babes Bolyai University, 2009. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/1210664189/fulltextPDF/13AE7ACB8F3691B1A64/1?accountid=34586>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a Todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC.. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **REM: Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, SC, v. 1, n. 5, p. 41-58, jan./jun. 2006.

ROVER, S.; BORBA, J. A. A Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis das Empresas que atuam no Brasil e que negociam ADRs na Bolsa de Valores dos Estados Unidos: uma Análise das DFP'S (CVM) e do Relatório 20-F (Sec). In: Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade. 3., 2006, São Paulo. **Artigo...**São Paulo: FEA-USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/636.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

SAIDA, D. Contribution on the analysis of the environmental disclosure: a comparative study of American and European multinationals. **Social Responsibility Journal**, v. 5, n. 1, p. 83-93, 2009.

SEN, M.; MUKHERJEE, K.; PATTANAYAK, J. K. Corporate environmental disclosure practices in India. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 12, n. 2, p. 139-156, 2011.

SILVA, C. R. G.; LINHARES, R. S. Disclosure Ambiental: um estudo nas maiores Sociedades Anônimas do Espírito Santo. In: Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade. 5., 2008, São Paulo. **Artigo...**São Paulo: FEA-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos82008/316.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

SILVA, R. R.; SOARES JÚNIOR, R. P.; FERREIRA, A. C. S. Danos Ambientais: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação Contábil no Setor Petrolífero. In: South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR. 1., 2009, Rio de Janeiro, RJ. **Artigo...** Rio de Janeiro, RJ: 2009, p. 1-20. Disponível em: <[www.facc.ufrj.br/csear2009/11.pdf](http://www.facc.ufrj.br/csear2009/11.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2012.

SOUSA, G.; CUNHA, P. R.; BEUREN, I. M. Evidenciação da contabilidade ambiental nas demonstrações contábeis da empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 3., 2006, Blumenau, SC. **Artigo...** Blumenau, SC: 2006. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos06/661Artigo%20evidenciacao%20ambiental.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.